

FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR SOBRE OS DESAFIOS E LACUNAS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA

TEACHER TRAINING IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: A LOOK AT THE CHALLENGES AND GAPS IN PEDAGOGY COURSES

Márcia Maria Ferreira dos Santos

Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Gama Filho (1990); Licenciada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Simonsen (1998); Mestre em Educação pela UERJ (1995); Gestora Aposentada da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro; Professora Assistente do Curso de Pedagogia do Centro Universitários São José.

RESUMO

Este estudo analisa a formação oferecida pelos cursos de Pedagogia para preparar futuros docentes para a atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade essencial para a inclusão educacional e social. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com 32 estudantes de Pedagogia do Centro Universitário São José, distribuídos entre o 1º e o 8º períodos. Os resultados revelaram lacunas significativas na formação voltada à EJA, especialmente no que tange à ausência de disciplinas específicas e ao direcionamento das atividades práticas para essa modalidade. A análise dialoga com a fundamentação teórica, indicando que os currículos de Pedagogia frequentemente negligenciam as particularidades da EJA, corroborando críticas de autores como Paulo Freire e Maria da Glória Gohn. Entre as competências apontadas como essenciais, destacam-se a comunicação empática, o conhecimento das realidades socioculturais dos educandos e a capacidade de planejar práticas pedagógicas inclusivas. Este estudo conclui que a formação docente para a EJA necessita de maior atenção e robustez nos currículos, a fim de alinhar a teoria à prática e assegurar uma educação mais equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Formação Docente; Cursos de Pedagogia; Inclusão Educacional; Currículo.

ABSTRACT

This study analyzes the training provided by Pedagogy degree programs to prepare future teachers for working in Youth and Adult Education (EJA), a modality essential for educational and social inclusion. The research, with a qualitative approach, was conducted with 32 Pedagogy students from Centro Universitário São José, ranging from the 1st to the 8th academic periods. The results revealed significant gaps in the training aimed at EJA, particularly regarding the absence of specific courses and the lack of focus in practical activities for this modality. The analysis engages with the theoretical framework, indicating that Pedagogy curricula often neglect the specificities of EJA, reinforcing criticisms made by authors such as Paulo Freire and Maria da Glória Gohn. Among the competencies identified as essential are empathetic communication, understanding of students' socio-cultural realities, and the ability to plan inclusive pedagogical practices. The study concludes that teacher training for EJA requires greater attention and strengthening within curricula to better align theory with practice and to ensure a more equitable and inclusive education.

Keywords: Youth and Adult Education; Teacher Training; Pedagogy Degree Programs; Educational Inclusion; Curriculum.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel significativo no sistema educacional brasileiro ao atender indivíduos que, por diversos fatores históricos, sociais e econômicos, não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade regular. Essa modalidade, embora reconhecida como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), enfrenta desafios históricos e contemporâneos relacionados à sua implementação e efetividade. A complexidade de seu público-alvo, caracterizado por trajetórias marcadas pela exclusão e pelo fracasso escolar, exige estratégias pedagógicas diferenciadas e uma formação docente que considere as particularidades dessa modalidade (BRASIL, 1988; 1996).

A formação inicial dos pedagogos, regulada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, apresenta-se como um campo estratégico para a qualificação da EJA. No entanto, ao analisar as normativas recentes, como a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, percebe-se uma lacuna significativa na abordagem das especificidades da EJA nos currículos dos cursos de Pedagogia. Apesar de contemplar os princípios de uma formação ampla e interdisciplinar, as diretrizes não aprofundam os aspectos necessários para preparar os futuros docentes a lidar com as particularidades desse público, como as demandas por resgate da autoestima, metodologias inclusivas e estratégias que minimizem a evasão escolar (BRASIL, 2024).

Diante desse contexto, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a formação docente para a EJA, analisando como as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Pedagogia abordam – ou negligenciam – as demandas dessa modalidade de ensino. A partir de uma revisão das normativas e do histórico da EJA, busca-se evidenciar os desafios e apontar caminhos para fortalecer a atuação do pedagogo nesse campo, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Essa metodologia foi escolhida porque permite compreender as percepções dos estudantes de Pedagogia em diferentes etapas de sua formação e explorar como essa formação contribui para a preparação docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O método qualitativo é adequado para investigar as complexidades das experiências relatadas pelos participantes, possibilitando uma análise detalhada e contextualizada dos dados coletados.

Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, aplicado a 32 estudantes do curso de Pedagogia do Centro Universitário São José, distribuídos entre o 1º e o 8º período. O questionário incluiu questões fechadas sobre o conhecimento dos participantes sobre a EJA, suas percepções acerca da relevância dessa modalidade de ensino e a avaliação da formação oferecida pelo curso.

A população da pesquisa compreendeu estudantes regularmente matriculados no curso de Pedagogia do Centro Universitário São José. A amostra foi composta por 32 alunos distribuídos entre o 1º e o 8º período. Essa escolha foi proposital, visando captar percepções em diferentes momentos da formação, desde os ingressantes até os que estão em etapas mais avançadas do curso. Essa diversidade permite analisar como as disciplinas e atividades práticas ao longo do curso impactam a percepção dos estudantes sobre a EJA. Assim, a variação nos períodos contribui para compreender de forma mais abrangente as lacunas e os avanços da formação docente.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). Essa metodologia foi escolhida por sua capacidade de identificar padrões, categorias e significados nos discursos dos participantes. A técnica possibilitou mapear lacunas e boas práticas relacionadas à formação para a EJA, além de oferecer insights sobre as percepções dos estudantes em diferentes momentos do curso.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que, ao longo da história brasileira, tem sido predominantemente caracterizada como uma educação compensatória, emergencial e supletiva. Sua existência responde às lacunas educacionais que historicamente marcaram o país, configurando-se como um direito para aqueles que, por diversas razões, não tiveram acesso ou continuidade em sua escolarização na idade regular (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A oferta de EJA, desde o período colonial, passando pela educação jesuítica até os programas contemporâneos, tem sido marcada por oscilações entre abandono e retomada. Frequentemente, essa modalidade foi pautada por interesses técnicos ou políticos, sendo revisada e modificada em função de agendas específicas. As iniciativas de escolarização para jovens e adultos estiveram, em grande parte, vinculadas a programas governamentais que, ao término de gestões, não garantiam continuidade (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Educação Formal, Informal e Não Formal

A educação para jovens e adultos ocorre em contextos diversos, dentro e fora de espaços escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define educação como os "processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (BRASIL, 1996). Dessa forma, as práticas educativas que compõem a EJA podem ser analisadas a partir de três categorias principais: educação formal, informal e não formal.

- **Educação Informal:** Trata-se do processo educativo que ocorre espontaneamente em ambientes de convívio social, como a família, os amigos e os espaços de lazer. Não há intencionalidade ou sistematização neste tipo de aprendizado, que está intrinsecamente ligado ao processo de socialização dos indivíduos (GOHN, 2010).
- **Educação Formal:** Desenvolvida em instituições regulamentadas, essa modalidade é organizada segundo diretrizes nacionais que garantem a sistematização dos conteúdos e a certificação. Na EJA, é comum que essas instituições incluam tanto escolas públicas quanto privadas que oferecem

turmas noturnas para atender às demandas de jovens e adultos que buscam concluir sua escolarização básica (BRASIL, 1996).

- **Educação Não Formal:** Diferente da informal, a educação não formal é intencional e planejada, embora ocorra fora das instituições formais de ensino. Ela busca capacitar os indivíduos para sua inserção no mundo, promovendo experiências educativas contextualizadas e flexíveis. Exemplos incluem iniciativas de ONGs, associações comunitárias e igrejas, que frequentemente atuam em espaços onde o Estado é ausente (GOHN, 2010).

Desafios e Características da EJA em Espaços Não Formais

Nos contextos não formais, a EJA é frequentemente marcada por desafios que exigem educadores preparados para lidar com as necessidades específicas de seus alunos, que muitas vezes trazem consigo um histórico de fracasso escolar. Esses espaços oferecem experiências de escolarização que, embora não regulamentadas pelo Estado, buscam corresponder às práticas da educação formal. Nas palavras de Haddad; Di Pierro (2000, p. 108):

Muitos destes processos se desenvolvem de modo mais ou menos sistemático fora de ambientes escolares, realizando-se na família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio socioculturais e lazer, nas instituições religiosas e, nos dias atuais, também com o concurso dos meios de informação e comunicação à distância.

No entanto, a ausência de homogeneidade entre os níveis de conhecimento dos educandos exige metodologias pedagógicas flexíveis e sensíveis às diversidades de aprendizado, como a convivência de alunos em níveis distintos de alfabetização e conhecimentos matemáticos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A EJA como Direito e Compromisso Social

Como modalidade prevista e regulamentada pela legislação brasileira, a EJA é um direito garantido pelo Estado. Contudo, nem sempre o poder público cumpre plenamente esse compromisso, levando à organização da sociedade civil para suprir a demanda educacional. Em muitos casos, essas iniciativas não formais desempenham um papel fundamental ao proporcionar oportunidades de escolarização básica para jovens e adultos em comunidades onde o Estado se omite (GADOTTI; ROMÃO, 2001).

Nos espaços formais, a estrutura das turmas segue critérios de seriação, com avaliações que classificam os alunos em níveis adequados. Já nos espaços não formais, as intervenções educativas são autônomas, organizadas de acordo com as necessidades da comunidade e realizadas por educadores que, em geral, não possuem formação específica na área, mas contribuem de forma significativa para o acesso à educação (GOHN, 2010).

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil reflete os desafios de inclusão social e os contornos políticos que moldaram a educação ao longo dos séculos. Essa modalidade emergiu com objetivos variados, desde a catequização no período colonial até a formação cidadã contemporânea.

Para uma melhor compreensão, faremos uma exposição didática dos períodos históricos da educação no Brasil, enfatizando a Educação e Jovens e Adultos.

Período Colonial e Império: Educação como Instrumento de Dominação

A educação no Brasil teve início formal em 1549, com a chegada dos jesuítas, que estruturaram um sistema educativo voltado para a catequese. A formação era limitada ao ensino de leitura e escrita com objetivos religiosos e de submissão cultural, voltados majoritariamente para indígenas e escravizados adultos. Nas palavras de Piletti (1988, p. 165), “a realza procurava facilitar o trabalho missionário da Igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa”.

Após a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, o ensino ficou desorganizado até o início do Império, quando a Constituição de 1824 prometeu educação primária gratuita, mas com avanços restritos às elites (SANTOS; NEVES, 2015).

Primeira República: Campanhas Emergenciais

Durante a Primeira República, o analfabetismo foi tratado como um problema nacional. Campanhas pontuais, como a Liga de Defesa Nacional, visavam ampliar o acesso à educação, mas enfrentavam dificuldades operacionais e financeiras, resultando em alcance limitado (FREIRE; CARNEIRO, 2015).

Naquela época, Couto destacava que

[...] analfabetismo é o cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metástases, aqui a ociosidade, ali o vício, além o crime. Exilado dentro de si mesmo como em um mundo desabitado, quase repellido para fora da espécie pela sua inferioridade, o analfabeto é digno de pena e a nossa desídia indigna de perdão enquanto não lhe acudirmos com o remédio do ensino obrigatório (1933, p. 190).

Industrialização e Educação de Adultos

Com a industrialização crescente nas décadas de 1930 e 1940, a necessidade de qualificar a mão de obra levou à institucionalização da educação de adultos como política pública. A Constituição de 1934 reconheceu a educação como direito universal e o ensino primário obrigatório e gratuito. Contudo, essa visão sofreu retrocessos com a Constituição de 1937, que desobrigou o Estado dessa responsabilidade (NASCIMENTO, 2015).

Nesse período, destacaram-se iniciativas como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, que “proporcionava infraestrutura para atender adolescentes e adultos analfabetos” (SANTOS; NEVES, 2015, p. 3).

Décadas de 1960 e 1970: Paulo Freire e a EJA Emancipadora

A partir dos anos 1960, a abordagem pedagógica de Paulo Freire trouxe uma perspectiva transformadora à EJA. Freire argumentava que “a educação deve possibilitar ao educando uma leitura crítica da realidade, promovendo sua transformação” (FREIRE, 1970, *apud* SILVA; DUTRA, 2019, p. 2). No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu essas iniciativas, substituindo-as pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que enfatizava a alfabetização técnica para atender às demandas econômicas do regime (FRIEDRICH et al., 2010, p. 392).

Redemocratização e Reconhecimento da EJA como Direito

Com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a EJA como direito assegurado. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 consolidou essa modalidade, destinando-a a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade regular. Segundo o Art. 37 da LDB, “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria” (BRASIL, 1996, p. 18).

EJA no Século XXI: Avanços e Desafios

Embora tenham ocorrido avanços significativos, como a criação do EJA integrado à Educação Profissional nos anos 2000, essa modalidade ainda enfrenta desafios significativos, como a evasão escolar, a falta de formação específica dos professores e a descontinuidade das políticas públicas. Segundo o IBGE (2018), 6,8% da população brasileira permanece analfabeta, sendo essa taxa maior em comunidades rurais e entre pessoas pretas ou pardas (DEON, 2018, p. 3).

LEGISLAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade essencial na Educação Básica brasileira, sendo orientada por um conjunto de legislações que buscam assegurar o direito à educação, especialmente para aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade apropriada. Sua fundamentação legal está ancorada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em resoluções específicas e em documentos referenciais que abordam as diretrizes curriculares para essa modalidade.

Constituição Federal de 1988 e a LDB

O Art. 208 da Constituição Federal estabelece que o Estado tem o dever de assegurar a oferta de ensino fundamental obrigatório e gratuito a todos, inclusive a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade regular. Complementando, a LDB (Lei nº 9.394/1996) regulamenta a EJA nos Artigos 37 e 38, destacando que a modalidade deve atender às especificidades dos sujeitos, oferecendo oportunidades educacionais alinhadas às condições de vida e trabalho dos educandos. A legislação também prevê a articulação da EJA com a educação profissional, visando integrar a formação geral ao mercado de trabalho (BRASIL, 1988; 1996).

Diretrizes Curriculares e Operacionais

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, instituídas pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e complementadas por resoluções posteriores, como a Resolução CNE/CEB nº 1/2021, orientam a organização pedagógica e administrativa da modalidade. Esses documentos enfatizam a flexibilidade e a diversidade como pilares fundamentais para atender às diferentes realidades dos educandos. A oferta da EJA pode ocorrer de forma presencial, a distância ou articulada à educação profissional, considerando as especificidades do público atendido (BRASIL, 2021).

Educação Profissional e Aprendizagem ao Longo da Vida

A EJA também é regulamentada por iniciativas como o Decreto nº 5.840/2006, que criou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja), e pela Resolução CNE/CEB nº 3/2010, que trata das diretrizes operacionais. Essas normativas promovem a articulação entre a formação básica e a qualificação profissional, alinhando-se à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, destaca-se o princípio da aprendizagem ao longo da vida, que busca integrar a educação formal e não formal às demandas contemporâneas de inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2006; 2010).

Desafios e Perspectivas

Apesar dos avanços legais, a EJA enfrenta desafios como altas taxas de evasão e a necessidade de ampliar a qualidade e o alcance das políticas públicas. De acordo com dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais ainda era de 6,6% em 2019, com maiores índices entre populações em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2019).



ANÁLISE CRÍTICA DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NA EJA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior do Magistério, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, apresentam os princípios e fundamentos que orientam a formação de profissionais para a Educação Básica, incluindo modalidades como Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação Indígena. O documento enfatiza a articulação entre teoria e prática, promovendo uma formação que considere os contextos sociais e culturais das instituições educacionais. A base curricular é estruturada em quatro núcleos principais: formação geral, conteúdos específicos, extensão e estágio supervisionado. Esses núcleos visam garantir uma formação integrada e interdisciplinar, permitindo ao futuro docente desenvolver competências éticas, técnicas e científicas para atuar em diversas realidades.

Entre os componentes destacados nas diretrizes, estão as atividades de extensão, o estágio supervisionado e disciplinas que articulem conhecimentos teóricos e práticos. A formação geral inclui fundamentos sociológicos, filosóficos e pedagógicos, enquanto o núcleo de conteúdos específicos aborda conhecimentos relacionados à área de atuação do docente. O núcleo de extensão promove a execução de ações educativas em instituições de Educação Básica, e o estágio supervisionado proporciona experiências práticas em escolas, fundamentais para consolidar as aprendizagens dos futuros professores. O perfil do egresso é descrito como o de um profissional comprometido com práticas pedagógicas planejadas, implementadas e avaliadas com base em princípios éticos e democráticos, preparado para lidar com a diversidade cultural, social e educacional de seus alunos.

Apesar de contemplar a EJA como uma modalidade inserida na formação inicial, a abordagem das diretrizes sobre essa modalidade é genérica e pouco detalhada. As especificidades do público atendido pela EJA não são devidamente exploradas, deixando lacunas importantes em relação às estratégias didáticas e metodologias necessárias para lidar com as peculiaridades dos educandos, que incluem altos índices de evasão escolar e a necessidade de reforço na autoestima e cidadania. Embora enfatizem a formação ampla e interdisciplinar, as diretrizes não incorporam conteúdos específicos voltados para a EJA, como estudos aprofundados sobre a trajetória dos jovens e adultos no sistema educacional ou a utilização de tecnologias digitais no ensino para esse público. Essa ausência compromete a preparação dos pedagogos para atuar de forma eficiente nessa modalidade de ensino.

A insuficiência de uma abordagem específica para a EJA reforça a marginalização histórica dessa modalidade e aponta para a necessidade de avanços. É crucial a inclusão de disciplinas voltadas exclusivamente para a EJA, bem como a ampliação das oportunidades de estágio supervisionado em espaços que atendam jovens e adultos, para que os pedagogos possam vivenciar as demandas reais dessa prática. Além disso, a promoção de pesquisas e produções acadêmicas que tratem da EJA de maneira inovadora e contextualizada contribuiria significativamente para aprimorar as práticas pedagógicas nessa modalidade.

Em síntese, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2024 reafirmam a importância de uma formação inicial sólida, mas ainda deixam lacunas importantes quando se trata da preparação para a atuação na EJA. Para que essa modalidade de ensino seja tratada com a relevância que merece, é necessário um maior detalhamento e atenção às especificidades do público-alvo, o que demanda um compromisso contínuo com a inclusão e a equidade educacional.

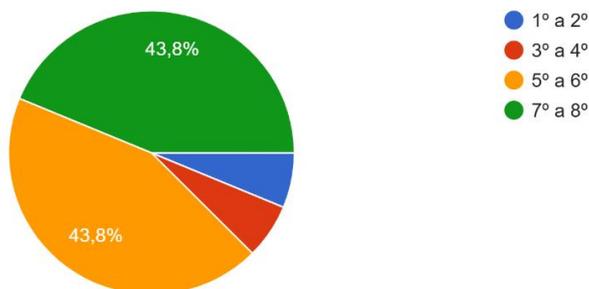
ANÁLISE DOS DADOS: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com base nos dados coletados, a análise revela insights valiosos sobre a percepção dos estudantes de Pedagogia em relação à formação para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A amostra, composta por alunos de todos os períodos do curso, destacou uma diversidade de experiências e perspectivas.

A primeira parte da pesquisa buscou investigar o perfil dos respondentes como o período do curso em que se encontra, se possui experiência na área da educação e, especificamente na EJA, conforme podemos constatar nos gráficos a seguir:

Em qual período do curso de Pedagogia você está atualmente?

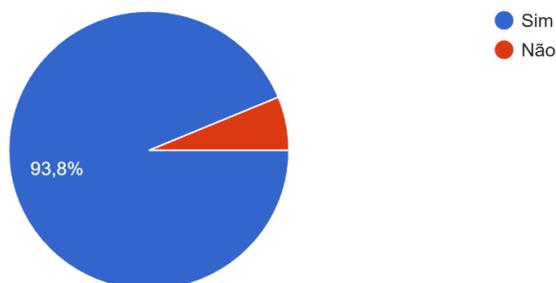
32 respostas



Grande parte dos alunos entrevistados, 87,6%, encontra-se entre o 5º e 8º períodos.

Você já possui experiência prática em educação?

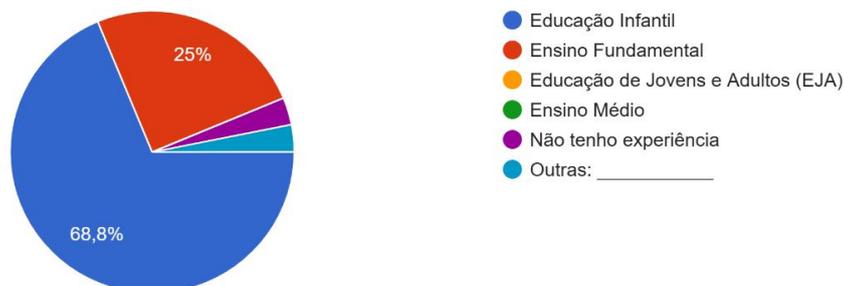
32 respostas



Independente do período cursado, 93,8% já possui experiência na área da educação.

Em caso positivo, em qual modalidade de ensino?

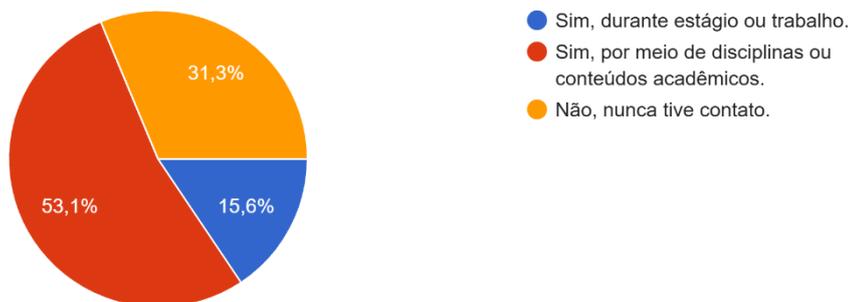
32 respostas



A maior faixa de experiência dos entrevistados, 68,8%, informou experiência na Educação Infantil; seguido de 25% no Ensino Fundamental; 3,1% têm experiência em educação, porém em outra área não especificada e 3,1% ainda não possui experiência. Observamos que, nenhum respondente sinalizou experiência no Ensino Médio ou na EJA.

Você já teve contato com a Educação de Jovens e Adultos em algum momento?

32 respostas

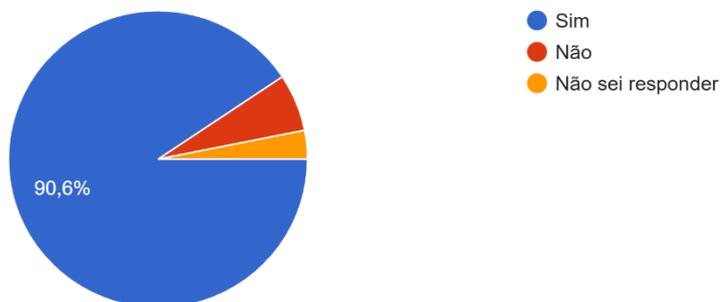


Quanto ao contato com a EJA, 53,1% relataram ter tido contato com o tema por intermédio de disciplinas ou conteúdos acadêmicos; 31,3% afirmou nunca ter tido contato e, 15,6% durante o estágio ou trabalho.

A segunda parte da pesquisa buscou investigar a percepção dos entrevistados sobre a formação em EJA oferecida pelo curso.

O curso de Pedagogia em que você estuda oferece disciplinas específicas voltadas para a EJA?

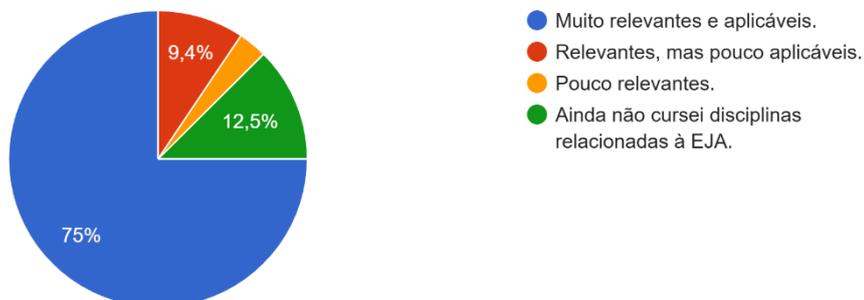
32 respostas



Para os entrevistados, 90,6% têm conhecimento de que o curso em que estudam oferece disciplinas específicas para a EJA, enquanto 6,3% não têm conhecimento e 3,1% não soube responder.

Caso tenha cursado disciplinas relacionadas à EJA, como você avalia sua relevância e aplicabilidade?

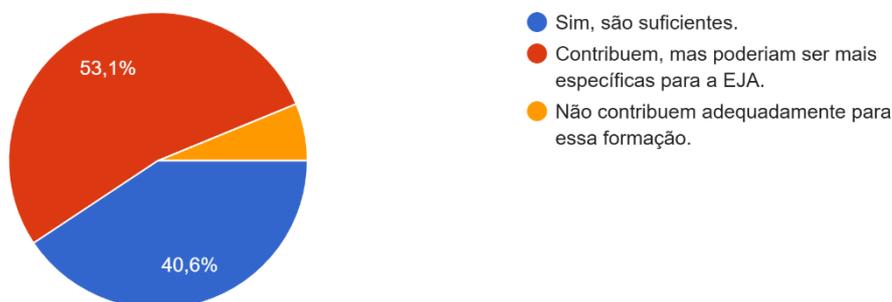
32 respostas



Quanto à investigação sobre a relevância e aplicabilidade do conteúdo apresentado na disciplina relacionada à EJA, 75% declararam ser muito relevante e aplicável; 12,5% ainda não cursaram disciplinas relacionadas à EJA; 9,4% avaliaram como relevante, porém, pouco aplicável e, 3,1% consideraram pouco relevante.

Você acredita que as atividades práticas do curso (estágios, oficinas, projetos) contribuem para a preparação docente voltada à EJA?

32 respostas



No que diz respeito à contribuição das atividades práticas do curso para a preparação docente voltada para a EJA, 53,1% afirmaram que contribuem, porém, poderiam ser mais específicas; 40,6% avaliaram ser suficientes e, 6,3% declararam que não contribuem adequadamente para esta formação.

A terceira parte da pesquisa investigou as percepções dos entrevistados sobre as competências necessárias ao pedagogo para atuar junto ao público-alvo da EJA.

Quais competências você considera mais importantes para um professor que atua na EJA?
(marque as que julgar necessárias)

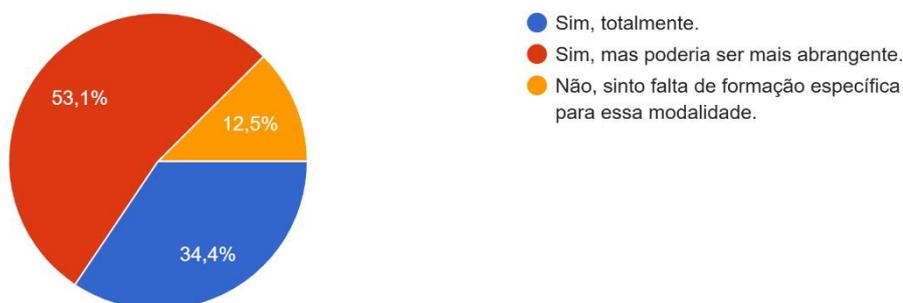
32 respostas



Quanto às competências, 31,3% apontaram o conhecimento da realidade sociocultural dos alunos; 28,1% destacaram a habilidade em lidar com a diversidade das idades e experiências; 18,8% indicaram comunicação clara e empática; 12,5% ressaltaram a capacidade de planejar aulas dinâmicas e contextualizadas; 6,3%, os conhecimentos específicos sobre metodologias para EJA e, 3,1% assinalaram outras competências não especificadas na pesquisa.

O curso de Pedagogia está te preparando para atuar na EJA?

32 respostas



No que se refere a contribuição do curso de Pedagogia à preparação para a atuação na EJA, 53,1% declararam que poderia ser mais abrangente; 34,4% afirmaram que há contribuição e 12,5% sentem falta de uma formação específica para esta modalidade.

Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a formação para a EJA no curso de Pedagogia?

32 respostas

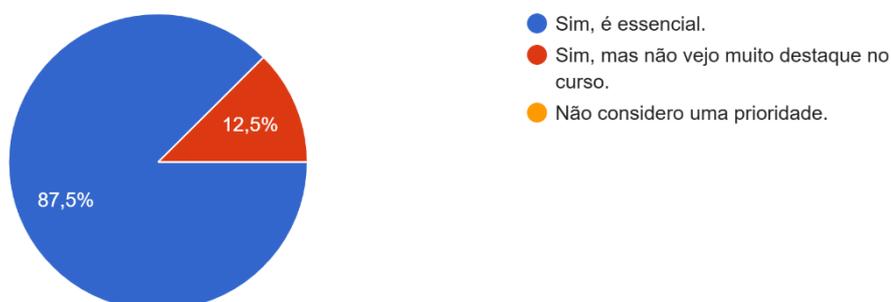


Quanto as melhorias do curso para a formação para a atuação com este público-alvo, 50% destacaram a necessidade de ampliação de estágios neste contexto; 37,5% ressaltaram a inclusão de mais disciplinas específicas e 12,5% sugeriram a promoção de palestras e workshops com especialistas na área.

A quarta e última parte da pesquisa especulou sobre percepção geral dos entrevistados sobre a EJA.

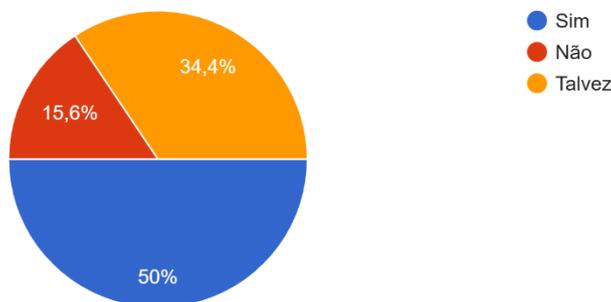
Você considera a Educação de Jovens e Adultos uma área importante para a atuação do pedagogo?

32 respostas



Dos entrevistados, 87,5% afirmaram a EJA como uma área importante para a atuação do pedagogo e 12,5% também afirmaram, contudo, não veem muito destaque no curso.

Você estaria interessado em se especializar na Educação de Jovens e Adultos após a graduação?
32 respostas



Quanto ao interesse em se especializar na área, 50% demonstraram interesse; 34,4% informaram que talvez pudessem se interessar e 15,6% afirmaram não ter interesse.

A análise das respostas dos estudantes evidencia um cenário de percepção mista sobre a formação docente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no curso de Pedagogia. Enquanto uma parcela significativa reconhece a existência de disciplinas específicas e avalia positivamente a sua relevância, outros destacam a falta de aprofundamento teórico e prático para lidar com as particularidades dessa modalidade. As atividades práticas, embora consideradas úteis, ainda são percebidas como insuficientemente direcionadas para a EJA. Ademais, o interesse demonstrado por parte dos estudantes em se especializar na área revela o potencial dessa modalidade como campo de atuação, ao mesmo tempo que reforça a necessidade de um currículo mais robusto e contextualizado.

O levantamento também aponta que, embora a maioria dos alunos considere a EJA uma área importante para a atuação do pedagogo, a formação oferecida não parece explorar todo o seu potencial. A falta de experiências práticas em contextos de EJA e a ausência de conteúdos mais direcionados refletem lacunas que podem comprometer a formação integral do pedagogo. Assim, é essencial que os cursos de Pedagogia revisem seus currículos, promovendo uma formação mais completa e alinhada às demandas reais da educação de jovens e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade voltada à inclusão educacional e à reparação de desigualdades históricas, representa um espaço crucial para a atuação do pedagogo. No entanto, os dados levantados nesta pesquisa, a partir das percepções dos estudantes de Pedagogia, revelam lacunas significativas na formação docente para essa modalidade, corroborando reflexões apresentadas na fundamentação teórica.

A análise das respostas dos estudantes evidencia um alinhamento com autores como Haddad e Di Pierro (2000), que destacam a fragilidade histórica das iniciativas voltadas à EJA e a marginalização dessa modalidade nos currículos de formação inicial. Embora as diretrizes curriculares para os cursos de Pedagogia enfatizem a necessidade de uma formação interdisciplinar e contextualizada, os resultados indicam que os currículos frequentemente não contemplam, de maneira efetiva, as especificidades da EJA. Muitos estudantes relataram a ausência de disciplinas voltadas diretamente para a modalidade ou a superficialidade com que ela é abordada, reforçando a crítica de Gohn (2010) sobre a insuficiência de estratégias pedagógicas direcionadas.

Por outro lado, os participantes reconhecem a relevância da EJA e destacam competências essenciais, como a habilidade de lidar com a diversidade e o conhecimento das realidades socioculturais dos educandos. Essas percepções dialogam com a perspectiva de Paulo Freire, que defende uma educação crítica e emancipadora, voltada para a

construção da autonomia e da cidadania dos alunos. No entanto, a formação oferecida parece não promover plenamente o desenvolvimento dessas competências, conforme evidenciado na análise das respostas.

Os resultados também indicam um distanciamento entre a prática e a teoria, uma vez que as atividades práticas, como estágios e oficinas, não são adequadamente direcionadas para a EJA. Essa lacuna reforça a necessidade de alinhar as diretrizes curriculares à realidade do público atendido, promovendo uma formação que integre experiências concretas em contextos de EJA. Conforme argumentam Gadotti e Romão (2001), a formação docente deve superar o caráter generalista e oferecer uma abordagem específica, voltada às peculiaridades dessa modalidade de ensino.

Assim, os achados desta pesquisa reforçam a urgência de revisitar os currículos dos cursos de Pedagogia, promovendo uma formação mais robusta e direcionada à EJA. A inclusão de disciplinas específicas, a ampliação de oportunidades práticas em contextos reais e o incentivo à pesquisa nessa área são medidas indispensáveis para formar pedagogos preparados para enfrentar os desafios dessa modalidade. Dessa forma, espera-se que a articulação entre a fundamentação teórica e os resultados obtidos inspire mudanças concretas, reafirmando o compromisso da educação com a inclusão, a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

1. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
2. BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.
3. _____. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja). Brasília: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.
4. _____. **Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024**. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.
5. _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.
6. _____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.
7. _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2019.



8. _____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 25 de maio de 2021. Institui diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2021.
9. _____. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2024.
10. CNE/CEB. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010.** Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010. Disponível em: <https://www.mec.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.
11. COUTO, Miguel. **No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo.** Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1933.
12. DEON, V. A. **A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Revista Educação Pública, 2018.
13. FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
14. FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos: contradições e possibilidades.** III Colóquio Nacional, 2015.
15. FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; MACHADO, C. R.; PEREIRA, V. S. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.
16. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **A Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
17. GOHN, M. G. **Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.
18. HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, agosto 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de novembro de 2011.
19. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, 2021.
20. NASCIMENTO, L. F. **A EJA e seu ensino na Educação Básica: primeiras aproximações.** Revista Educação Pública, 2015.
21. PILLETI, Claudino. **História da Educação.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
22. SANTOS, A. S.; NEVES, A. S. **Breve histórico da EJA e os contornos políticos educacionais que demarcam o currículo.** II ALFAEJA, 2015.



